

A PETROBRAS E A ECONOMIA BAIANA

Prof. RAYMUNDO COSTA E SOUZA

Permiti que externe, inicialmente, a satisfação com que vos comunico, atendendo prazerosamente ao convite do muito digno presidente do Diretório desta Faculdade, o acadêmico José Augusto Guimarães, os resultados de uma pesquisa realizada sob o patrocínio da Associação Comercial da Bahia, acêrca do petróleo baiano e questões correlatas, cujo assunto constitui o objeto desta breve palestra.

Assunto que tem despertado máximo interêsse em todos os setores da vida nacional, no econômico, no social, no político e no militar, suscitando pontos de extraordinária magnitude em tôrno do bem-estar da nação, a economia petrolífera nacional evolui espacial e temporalmente, em ritmo bastante acentuado, conforme se depreende dos elementos estatísticos postos à disposição do estudioso da matéria, quanto à lavra e industrialização dêste hidrocarboneto extraído do subsolo bahiano.

As cifras que sobejam nas estatísticas oficiais e privadas, elucidativas de tal crescimento, refletem significativamente a direção do desenvolvimento econômico brasileiro, para o qual, tem concorrido tenaz e decisivamente, a orientação da Petrobrás como órgão executivo da política nacional do petróleo.

A evolução que aqui analisaremos, manifestada em duplo sentido — espacial e temporal — originou-se de um núcleo geográfico dotado de excelentes condições geológicas, estendido por terrenos sedimentares, ao longo de uma grande faixa integrante da importante região fisiográfica da Bahia, conhecida secularmente como Recôncavo Baiano.

Este núcleo, que comporta o mais alto coeficiente de densidade demográfica da Bahia — 88 hab/km² —, tal qual registrado no último recenseamento nacional, havia acolhido na sucessão dos tempos por fôrça do seu solo ubérrimo, a fixação de grandes contingentes populacionais paralelamente ao desenvolvimento dos canaviais, das plantações de fumo e mandioca, e das pastagens verdejantes. No âmago dessa concentração sócio eco-

nômica de características sobretudo rurais, porquanto os maiores índices de produtividade provinham da agricultura, embora sobressaíssem aspectos industriais entre as usinas de açúcar e os estabelecimentos de processamento fumageiro, promoveram-se primitivamente as iniciativas pioneiras do Conselho Nacional do Petróleo e em seguida os trabalhos sucessivos e permanentes da Petrobrás, no assentamento das bases do aproveitamento desta riqueza mineral.

Implantadas assim as técnicas inerentes à tecnologia petrolífera em trechos compreensivos de vastas áreas do Recôncavo Baiano, surgiu por assim dizer na economia brasileira em geral e na economia baiana em particular, o esboço de um ciclo do petróleo, causando porém graves deformações nos ciclos preexistentes e concomitantes do açúcar, do fumo e dos bens de subsistência, os quais em nosso Estado concorriam eficazmente para manter ocupado um ponderável contingente da mão-de-obra disponível nas respectivas localidades, em proveito tanto do abastecimento de bens de consumo às áreas circunvisinhas como da rentabilidade das indústrias ali estabelecidas.

A mudança qualitativa do eixo econômico do Recôncavo Baiano, de agro-pastoril a industrial, com o advento dos trabalhos permanentes e intensivos de exploração e refinação do petróleo no local, sem embargo dos multiformes aspectos de progresso industrial introduzidos naquela área geo-econômica, revela por enquanto ao economista uma substituição de estruturas que, se não for processada sob ajustamentos corretivos indispensáveis, apenas se permularão a longo prazo, diferentes pontos de ruptura, que de uma maneira ou de outra ferirão o organismo econômico da Bahia. Ao sociólogo, também não passam despercebidos os riscos de uma acelerada transmutação cultural, em que uma civilização do petróleo procura suceder a uma civilização de cana e fumo, sem ter havido uma perfeita situação de controle global e equilibrado nos demais setores ativos da comunidade.

Os pontos críticos a que nos reportamos, constatados a todo instante no curso das atividades de lavra e industrialização do petróleo na Bahia, inspiradores de cuidado em qualquer plano de novas adaptações sócio-econômicas sem prejuízo das já existentes, são: — a sensível erosão do solo motivada pela ocupação das terras em caráter definitivo; a escassez do braço trabalhador na agricultura e pecuária em face da forte demanda de trabalho proveniente das necessidades de exploração industrial petrolífera; o abandono das glebas por parte dos proprietários, coagidos a retirarem-se de suas terras por efeito do privilégio

concedido aos desapropriadores estatais, de alegar urgência nos atos da desapropriação.

A eliminação destas falhas em tempo oportuno, constitui condição essencial do desenvolvimento ordenado de uma indústria de derivados petrolíferos que se queira isentar dos defeitos básicos ordinariamente traduzidos no puro deslocamento de recursos materiais e humanos de uma atividade para outra; esta circunstância, não obstante gerar conjunturas aparentemente favoráveis a curto prazo pela euforia financeira exercida em variadas classes da população, mostram realmente a longo prazo, os efeitos destrutivos de natureza inflacionária que se dispersam em muitos outros estágios da economia.

Iniciada a evolução nesse núcleo estritamente baiano no único estado do Brasil que produz petróleo em volume comercial onde a alta produtividade das terras deu ensejo a que os resultados dos novos trabalhos de prospecção para a área provada, indicassem uma reserva recuperável de óleo bruto da ordem de 418.600.000 barris, superando esta estimativa em mais de 60% a avaliação de 255.000.000 barris feita pelo Conselho Nacional do Petróleo em fins de 1955, ocorreu depois uma diferenciação sinão distorção, na fase evolutiva espacial, repetindo-se o fenômeno típico de periferismo econômico no setentrião brasileiro em contraste com a centralização industrial nas regiões meridionais do país.

Efetivamente, enquanto no espaço geográfico da Bahia única fonte de produção em todo o território nacional, concentram-se as atividades petrolíferas no setor básico da exploração mineral propriamente dita, nas áreas do sul brasileiro, entretanto, as imobilizações em unidades de refinação são substancialmente maiores do que os recursos para o mesmo fim aplicados na refinaria Landulpho Alves em Mataripe. Resulta que a refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão, Estado de S. Paulo, com capacidade de 70.000 barris diários, absorve quantidades consideráveis do petróleo extraído nos poços baianos, porquanto a reduzida capacidade da nossa refinaria em Mataripe — 7.000 barris-dia —, permite-lhe apenas consumir, aos níveis de produção e refino registrados em 1957, 25% da produção total (1957 — produção anual: 10.106.270 barris = 28.073 b/d — capacidade refinação 7.000 b/d), representando uma deficiência de 75% na sua potencialidade de processamento. Nem parece que dentro de 3 a 4 anos haverá melhoria sensível no potencial de refinação da Bahia, pois o volume da produção provável em 1961 — 39.600.000 barris anuais ou 110.000 barris diários —, situa-se muito acima da projetada ampliação da capacidade de refinação da unidade de Mataripe para 1959 —

37.000 barris diários —, por isso no próximo quinquênio não poderá a refinaria Landulpho Alves aumentar a taxa de processamento além de 34% da quantidade de óleo bruto produzida no Estado, quando então se registrará um deficit de 66% no aproveitamento da matéria prima « loco ».

Conclui-se portanto que de pouco melhorarão, em termos relativos, os níveis de industrialização do óleo bruto na Bahia, visto que continuará a séria distorção com o simples aumento da capacidade da refinaria Landulpho Alves para 39.000 barris-dia, conservando a Bahia em cumprimento talvez a um determinismo histórico, o seu status de fornecedora de matéria prima aos centros industriais do sul, agora através do petróleo, mal grado possuir as condições exigidas para a industrialização do óleo no próprio local.

A diferenciação qualitativa entre os regimes produtores, consubstanciada por um lado na exploração dos veios em larga escala na Bahia, e por outro lado na construção intensiva de refinarias nas áreas de São Paulo e Rio de Janeiro, haja visto que foi iniciada a montagem de nova refinaria estatal na cidade Duque de Caxias, apta a processar 90.000 barris diários, se até certo ponto encontra justificativa na circunstância de requerer a atividade petrolífera neste Estado, uma especialização bem definida no setor da lavra, em virtude da necessidade de contacto constante com as jazidas, não deve porém ser de tal forma profunda a impedir que a coletividade baiana participe dos benefícios oriundos da expansão da indústria do seu petróleo no próprio « habitat ».

Se fôr sustada a diferenciação entre as condições do tratamento concedido à Bahia e ao sul do país no tocante ao aproveitamento industrial do petróleo, advir-nos-ão certamente efeitos favoráveis nas seguintes direções: a) — incremento da renda per-capita em consequência da repercussão grandemente ampliada dos investimentos petrolíferos; b) — distensão do produto bruto regional como efeito natural do aumento da renda per-capita; c) — disseminação de uma tecnologia avançada que abrirá boas perspectivas de especialização e elevados rendimentos; d) — fixação de grande parte da mão de obra baiana numa indústria básica de grande envergadura.

Os montantes das aplicações de capitais na Bahia, tal qual apresentados nas publicações oficiais, não sugerem que os investimentos nas atividades em geral tenham repercutido tão amplamente de modo a determinar efeitos suficientemente positivos sobre a renda regional. O fraco multiplicador que não tem dilatado a renda em proporções satisfatórias, poderia ser

acrescido em função de uma maior concentração de investimentos petrolíferos, destinados a elevar a capacidade da refinaria Landulpho Alves acima dos 39.000 barris-dia já programados e a instalar unidades petroquímicas na Bahia, fazendo então subir conseqüentemente a renda, enquanto aumenta a nossa propensão à poupança e diminuem os óbices levantados por fatores diversos contra a formação de capital em território baiano.

Acompanhando as variações da renda, muda significativamente a composição e a magnitude do produto bruto regional, à medida que se investem capitais em petróleo. Além das parcelas sucessivamente maiores de bens de produção agregadas ao sistema produtivo da comunidade, avolumam-se as despesas pessoais em bens de consumo e serviços, devido ao maior poder aquisitivo criado em função dos consecutivos pagamentos de salários, dividendos, juros de capital etc. A grandeza do dispêndio pessoal em bens e serviços numa comunidade econômica, dependendo dos níveis da renda per-capita disponível, reflete em essência o grau das taxas de investimento em geral na região. Diferentemente dos centros industrializados meridionais, a Bahia, situada em área de relativa periferia econômica nacional, sofre o impacto de uma baixa taxa de investimento, na realidade insuficiente a ampliar a renda individual em proporções compatíveis com a necessidade da formação de uma permanente fonte de capitais locais para expansão da nossa economia.

A indústria do petróleo, provavelmente mais do que qualquer outra atividade de tipo secundário, implantando grandes capitais fixos e movimentando um enorme capital circulante, não só proporciona a ampliação da renda em escala apreciável por efeito de um multiplicador altamente significativo, mas também traz para a área receptora a vantagem do aperfeiçoamento tecnológico, o qual se opera entre várias camadas da população economicamente ativa. Em decorrência dos trabalhos essencialmente especializados que repetidamente se realizam nas refinarias de petróleo e nas unidades petroquímicas, formam-se as equipes tecnicamente qualificadas, nas quais a experiência e o conhecimento adquiridos despertam o espírito inventivo, a inclinação de pesquisar, de adotar processos racionais na execução de trabalhos, etc.

A introdução e posterior difusão de novos procedimentos técnicos, alterando os padrões tecnológicos até então existentes, são observados atualmente em colorido bastante forte na área de Cubatão, Estado de São Paulo, pois nesse município bandeirante, seguindo-se à construção e funcionamento da re-

finaria Presidente Bernardes, a própria Petrobrás ergueu uma fábrica de fertilizantes e outra de asfalto, estando em fase de conclusão no mesmo local outras unidades. Não somente o Governo da União aproveita as conseqüências naturais oriundas da expansão da produção de derivados petrolíferos, estabelecendo perto da supra-citada refinaria, diferentes grupos de indústrias petroquímicas, mas também emprêsas particulares estão montando fábricas para utilização de produtos e subprodutos da indústria petroquímica. Ali em Cubatão, no interior paulista, diante da nova ambientação tecnológica criada e desenvolvida por impulso dos originais empreendimentos na industrialização do petróleo bruto, não resta dúvida que se estruturará um parque industrial de grande densidade, seja pela massa de capitais já aplicados e a aplicar, seja pela sua elevada qualificação técnica real e potencial. Na Bahia, muito deixa a desejar em comparação ao que se observa em Cubatão, o caráter das mudanças na especialização dos meios de produção em geral, por efeito da variação positiva de novos padrões, dado ao menor poder de irradiação tecnológica das instalações do porte da refinaria Landulpho Alves.

Influência benéfica da expansão de uma indústria de derivados e petroquímica na Bahia, seria igualmente no que concerne às possibilidades de acupação que surgiriam para um grande contingente da nossa mão-de-obra. Adquirindo maior grau de especialização em virtude da assimilação das novas técnicas peculiares à indústria do petróleo, o operário ajusta-se às tarefas especializadas dessa indústria básica, a qual por estar menos sujeita às alternativas de êxito e fracasso dos ciclos antagônicos de prosperidade e depressão durante as flutuações conjunturais, garantiria de certo modo um regime de pleno emprego à população obreira bahiana.

Guardando estreita relação com a tendência dos caracteres espaciais, a evolução em sentido temporal apresenta outrossim diferenças nítidas quanto às condições de industrialização encontradas na área de Cubatão e no Recôncavo Baiano.

A distorção notada e já assinalada quando abordamos a fase evolutiva espacial, consistindo materialmente em sucessivos embarques de óleo bruto para processamento na refinaria estatal de Cubatão e em outras particulares do sul, tirando assim à Bahia a possibilidade de refinar «in totum» o óleo extraído de seus campos por deficiência das instalações da unidade de refinação em Mataripe, tem determinado índices de produção mais elevados na refinaria Presidente Bernardes comparativamente a refinaria Landulpho Alves — em 1957, a produção de derivados na refinaria de Mataripe havia aumentado

em 25% relativamente a 1955, ao passo que em Cubatão, as operações na refinaria Presidente Bernardes propiciaram o aumento da sua produção em 96% entre os referidos anos.

Diante destas discrepâncias que inferiorizam a Bahia, reveladas sob dimensões razoáveis através da interpretação evolutiva em ambos os sentidos, espacial e temporal, organizamos na Associação Comercial da Bahia um esquema reivindicatório baseado no equacionamento do problema em termos que evidenciassem a posição relativa da Bahia no quadro geral do desenvolvimento das atividades petrolíferas do país, executadas pela Petrobrás e supervisionadas pelo Conselho Nacional do Petróleo.

Insistimos por isso na necessidade de inversões nos setores da refinação, assim como na indústria petroquímica a cargo da Petrobrás, em proporção aos níveis de produtividade dos poços petrolíferos no Recôncavo Baiano. A vista da produção prevista de 110.000 b/d em 1961 e das perspectivas de produção dos campos atualmente trabalhados em bases experimentais nos terrenos sedimentares dos estados vizinhos de Sergipe e Alagoas, não serão erradicados nem sequer diminuídos os limites desejáveis, os obstáculos levantados contra o desenvolvimento econômico da Bahia, oriundos da sub-utilização na refinaria local, do óleo bruto produzido no Recôncavo Bahiano. A este respeito, recomendamos em nossa proposição a efetivação de estudos no sentido de que os órgãos de fiscalização e execução da política petrolífera nacional, deliberassem favoravelmente sobre a realização do aumento da capacidade da refinaria Landulpho Alves para 80.000 barris diários em 1960, cujo nível vale dizer ainda não impediria que o petróleo Baiano, apesar de abundante nas camadas geológicas sedimentares da Bahia, prosseguisse por volta de 1960/61 a tradicional trajetória de fuga da periferia setentrional para os centros industrializados meridionais, porquanto a capacidade lembrada de 80.000 b/d, seria suficiente a atender ao processamento de apenas 72% do volume de óleo bruto obtido nos campos produtores.

Outro investimento dentro do grupo da indústria petroquímica, que pretendíamos em nosso trabalho, fôsse efetuado nas proximidades da refinaria Landulpho Alves, compreendia a montagem da fábrica de borracha sintética, ora planejada pela Petrobrás para funcionar junto à futura refinaria do Rio de Janeiro, a qual fornecerá os gases residuais a serem aproveitados na fabricação dos tipos sintéticos.

Resultará deste projeto o estabelecimento de mais uma grande unidade de transformação secundária no sul do Brasil,

reforçando o seu eixo econômico bastante avantajado comparativamente aos débeis níveis de industrialização vigentes no norte brasileiro. Embora se pudessem desta vez, por dimanagem do Governo da União as iniciativas pioneiras de organização da indústria de borracha sintética nacional, modificar, conquanto parcialmente, a situação desigual das duas economias que distintamente configuram o norte e o sul, mediante investimentos estatais na área baiana em um empreendimento dessa ordem, parece ao contrário prevalecer na esfera federal a idéia de perpetuar as diferenças acentuadas entre as condições econômicas naquelas duas regiões fisiográficas brasileiras.

Daí a razão de estarmos reivindicando para a Bahia a instalação da projetada fábrica de borracha sintética, ao invés de o ser no Rio de Janeiro, cuja medida concorrerá para atenuar os desequilíbrios econômicos motivados pela exígua densidade de capitais em nosso território, paralelamente aos altos índices de capitalização dos centros industriais do sul.

Criar-se-iam por efeito natural da execução de tal empreendimento em nosso Estado, condições propícias à implantação de indústrias de artefatos à base do processamento de borracha, em escala apreciável acima da latitude baiana, cujas fábricas poderiam satisfazer ao consumo das populações de uma parte do leste, do nordeste e do extremo-norte brasileiros. Além de constituir a Bahia por ser localizada no centro de longa faixa litorânea que une muitos Estados brasileiros, um excelente e natural ponto de distribuição dos tipos sintéticos entre o norte e o sul do país, poder-se-á através da instalação da mencionada fábrica em nosso Estado, estabelecer os fundamentos de auto-suficiência em produtos de borracha numa vasta e diversificada região acima das coordenadas geográficas da Bahia, que até o extremo norte abriga cerca de 38% do contingente demográfico nacional e onde se encontram muito esparsamente indústrias consumidoras desta matéria prima.

Ao lado da insuficiência de investimentos petrolíferos no território baiano, concomitantemente com a concentração de capitais no sul em setores da industrialização do petróleo sob a forma de ampliações, melhoramentos e construções de novas refinarias, circunstância esta constatada no espaço e no tempo à medida que se tem processado a evolução petrolífera nacional, com tôdas as características de excedentes na região fisiográfica do sul e deficiências no Recôncavo Baiano, incluímos entre as reivindicações, a elevação dos royalties instituídos em favor dos Estados produtores, para fins rodoviários, conforme.

prevê a própria lei monopolista n. 2.004 de 3 de outubro de 1953.

Urge, naturalmente, que se reunam recursos financeiros no Tesouro Estadual, destinados a prover maiores somas à construção de novas rodovias e pavimentação daquelas carentes de revestimento superior. Preenchendo as estradas de rodagem a função de profunda penetração interior, que em nosso país as ferrovias não puderam, em face de fatores específicos desempenhar compativelmente às exigências econômicas e sociais da Nação, poderá um eficiente sistema rodoviário estabelecer a ligação permanente dos centros de produção aos de consumo, com reflexos evidentemente benéficos sobre a economia regional.

Um programa de investimentos do Governo Estadual em estradas de rodagem, valorizará os recursos físicos e humanos de nossa vasta área geo-econômica, aumentando a produtividade das atividades rurais, possibilitando às indústrias de transformação nas zonas urbanas adquirirem matéria prima com mais presteza e segurança, livrando também as populações do campo das graves contingências migratórias e dos acentuados desníveis do seu poder aquisitivo em relação aos centros urbanos, juntamente com muitos outros benefícios que inevitavelmente ocorrem à medida que ocorrem melhorias nas condições dos transportes terrestres.

Por isso é mister não olvidarmos o imperativo de pleitear um aumento do royalty para 5 ou 10 vezes mais em relação à sua base corrente de 5%, na razão em que o óleo bruto fôr entregue à refinaria Landulpho Alves para aproveitamento direto ou então transferido a Cubatão ou outras localidades do sul, considerando os serviços rodoviários inadiáveis que ao Governo Estadual cabe por lei executar em proveito da coletividade.

Resta-nos, portanto, dirigir ao Governo da União um apêlo a fim de que venhamos a gozar de prioridade no atual programa de investimentos nos setores de refino e indústria petroquímica, cuja execução está delegada à Petrobrás na qualidade de órgão legalmente incorporado em 1953 para levar a têrmos tais realizações.

Tendo em vista o maior afluxo de fundos destinados ao aumento do seu capital, a rentabilidade acrescida e por assim dizer, maiores saldos disponíveis para reinversões por motivo da prorrogação até 1961 da participação da Petrobrás na arrecadação do impôsto único sobre combustíveis líquidos em base «ad-valorem», seria financeiramente exequível à referida

empêsa estender a capacidade da refinaria de Mataripe ao nível de 80.000 barris por dia, assim como dotar o Estado da Bahia com a fábrica de borracha sintética.

Não encaminhamos êste apêlo obedecendo a impulsos egoisticamente orientados com o fim de ostentarmos uma unidade federada de grandeza ímpar nesta latitude, porém somos movidos pelo propósito de nos ser concedido um tratamento mais consentâneo com a realidade econômica desta terra, adaptado às suas grandes possibilidades em função do grande acêrvo de recursos naturais existentes e do esforço produtivo do seu povo.

Mais uma vez, através de uma produção nossa, estamos concorrendo para aliviar as tensões sôbre o balanço de pagamentos do país. Até agora o temos feito principalmente com riquezas do solo, exportando bens primários e transferindo dessa maneira maiores receitas cambiais à União, mas agora o fazemos com uma riqueza do subsolo que transformada em produtos acabados reduz a necessidade das importações do mesmo gênero e propicia uma economia de divisas. Só em 1957 considerando apenas a contribuição da produção de óleo bruto na poupança de divisas, os 10.106.270 barris extraídos do Recôncavo Baiano, fizeram diminuir a pressão contra o balanço de pagamentos em cêrca de 30 milhões de dólares, na base de US\$ 3.00 por barril.

É pois justo que reivindicemos uma maior parcela de investimentos petrolíferos em nossa região produtora de petróleo bruto, a ser destinada ao aumento do ritmo de processamento dessa matéria prima no local, ao lado de um melhor tratamento na concessão dos «royalties», constituindo esta dupla recomendação uma alternativa que poderá conduzir à solução do problema da formação e disseminação de capital, indispensável à expansão da economia baiana.